

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 19/Fev



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2509/2021



BAHIA

DISSÍDIO COLETIVO 2019/2020: TST MARCA JULGAMENTO PARA 8 DE MARÇO



Atenção categoria:

O Tribunal Superior do Trabalho – TST marcou para as 13h30 do dia 08 de março o julgamento do recurso dos patrões (recurso ordinário) contra a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia que julgou legal a greve de 10 dias de março do ano passado e mandou as empresas pagarem o reajuste de 8% (inflação de 2019 – 3,57% e 2020 – 4,3%), incluindo o retroativo. O processo tem o número 0000410.97.2020.5.05.0000 e pode ser acompanhado pelo site www.tst.jus.br.

Todos sabem que houve uma decisão

provisória no TST num outro recurso dos patrões onde a Presidente do Tribunal manda pagar, provisoriamente, 3,55% desde agosto passado.

No TST em Brasília a Relatora do recurso dos patrões é a Ministra DORA MARIA DA COSTA.

Vamos mandar mensagens a Ministra Relatora e aos demais Ministros integrantes da Seção de Dissídios (Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi – Presidente do Tribunal; Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – Vice-Presidente do Tribunal; Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho; Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho; Ministro Emmanoel Pereira; Ministra Dora Maria da Costa; Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos; Ministro Mauricio Godinho Delgado; Ministra Kátia Magalhães Arruda para que reconheça a justiça da nossa causa, da nossa luta. Na página do TST é possível encontrar telefones e e-mails de alguns ministros.

E, dia 8 de março, todos ligados no TST (www.tst.jus.br).

É luta!

É combate aos patrões miseráveis, os PIORES DO BRASIL!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

VIGILANTES VIPAC/EMBASA: AMANHÃ, SEXTA-FEIRA, TEM MAIS MOBILIZAÇÃO E PROTESTO, DESTA VEZ NA BOLANDEIRA



Na manhã desta quinta-feira (18) a direção do Sindicato e Vigilantes da Vipac/Embasa se reuniram na sede da Embasa no CAB para cobrar o pagamento de salário atrasado e denunciar o uso do dinheiro do trabalhador, depositado na conta anticalote, para pagamento de salário, deixando livre a fatura para repasse a empresa.

O SINDAE e Sindmetrolitano também estavam presentes.

A luta da categoria vem de muito tempo e agora chegou ao limite.

A categoria decidiu pela paralisação de 100%, e o Sindicato vai protocolar pedido a Polícia Federal para que recolha as armas nos postos de serviço.

Decidiu ainda realizar um novo protesto nesta sexta-feira na Bolandeira (Boca do Rio).

Chega de trabalho escravo!

VIGILANTES VIPAC/EMBASA

SEXTA-FEIRA, 19, ÀS 07H NA EMBASA

BOLANDEIRA

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Vigilantes protestam na porta da Embasa contra desrespeito a direitos trabalhistas



Na manhã desta quinta feira (18), cerca de 400 vigilantes participaram, na sede da Embasa, no CAB, de uma manifestação em função do desrespeito a direitos trabalhistas por parte da empresa de vigilância terceirizada VIPAC.

Os (as) trabalhadores (as), que estavam sem salários desde dezembro de 2020, receberam hoje o do mês de Dezembro. Ainda falta receber a remuneração de janeiro.

A Embasa suspendeu o contrato com a VIPAC, através da Lei anti colote, e fará uma licitação emergencial. Porém, sem perspectiva de

futuro, os terceirizados protestam requerendo informações sobre as rescisões de contrato com a empresa anterior e, sobretudo, requerem mais segurança jurídica e informações sobre como será o acordo com a nova empresa responsável pelas contratações.

O Sindae conversou por telefone com José Boaventura, Presidente do Sindivigilante. Ele declarou que a principal preocupação do sindicato no momento é o fato da Embasa ter pago o salário de dezembro/20 aos funcionários, com a verba de um fundo destinado à rescisão contratual dos mesmos, e ainda assim continuar repassando os pagamentos das faturas para a VIPAC, deixando os funcionários vulneráveis à má administração da empresa terceirizada, o que já ocorre há anos.

Sem previsão de quando receberão os salários de janeiro e fevereiro, os vigilantes seguem aguardando que a Embasa se antecipe em trazer soluções.

O Sindae esteve presente no ato e se solidariza com os companheiros (as) do SINDIVIGILANTES.

FONTE: SADAЕ/BA

RIO GRANDE DO NORTE

Trabalhadores e trabalhadoras da Segurança Privada de todo RN: esse mês teremos o nosso I Seminário Estadual!



Quer entender melhor as transformações na legislação que rege a nossa categoria? Então participe! O Seminário será no dia 20 de fevereiro, com transmissão através das redes sociais, e aberto para todas e todos acompanharem.

Simbora, que juntos somos mais fortes!



FILIADO A **CUT**
E **CNTV**

SindVigilantes-PI

Informativo do Sindicato dos Vigilantes do Piauí - Ano XIII - nº 82 - Fevereiro/2021

PIAUI: VIGILANTES FECHAM CCT COM REAJUSTE DE 5.45%

Em meio a um cenário de incertezas que atravessa o país, os vigilantes conseguem um reajuste de 5,45% sobre os salários, o que representa a totalidade da inflação medida pelo INPC/IBGE do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Levando-se em consideração a atual conjuntura brasileira em que os trabalhadores não conseguem ganhos reais de salários, e em várias categorias os reajustes são abaixo da inflação, o percentual alcançado pelos os vigilantes foi considerado satisfatório.

Com relação ao Ticket-Alimentação, o percentual de reajuste foi de 5,45% para o vigilante que trabalha na "Jornada 12 x 36" elevando o valor para R\$ 474,53. Já para os vigilantes que laboram na Jornada "Horário Comercial Bancário" o percentual foi de 8% que aumenta o valor para R\$ 486,00, e sem descontos para todas as faixas salariais.

Além da correção para Salário e Ticket-



Alimentação, ficaram mantidas todas as demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2020 que serão incorporadas à nova Convenção.

Infelizmente, com o país encolhendo sua capacidade produtiva e sem investimento nos setores estratégicos para fazer girar a economia, os trabalhadores são os mais prejudicados, pois continuam amargando os baixos salários e, principalmente, sem ganhos reais, ou seja, percentuais acima da inflação.

MINUTA DE REIVINDICAÇÕES

Foram 03 meses transcorridos da entrega da "Minuta de Reivindicações" para que o sindicato patronal pudesse apresentar alguma contraproposta.

Nesse período o SINDVIGILANTES solicitou algumas mesas, mas por conta da pandemia do novo coronavírus, não foi atendido de forma presencial. Mas, aconteceram duas mesas por videoconferência que, infelizmente, em nenhuma delas houve qualquer proposta.

A exemplo de anos anteriores, esse tempo já era de se esperar, pois é a mesma prática patronal, ou seja, não quer discutir a "Minuta" no prazo que antecede a data-base e deixa tudo para a última hora. E quando apresenta alguma

proposta só visa salário e ticket-alimentação, as outras cláusulas, inclusive sociais, o representante patronal não quer nem ouvir falar.

Isso deixa o SINDVIGILANTES e os trabalhadores indignados, pois não existe por parte do presidente do SINDESPI o compromisso e interesse de fazer a discussão de forma antecipada, até para evitar, inclusive, pagamentos futuros de retroativos de salário e ticket que, aliás, é uma prática que vem se repetindo a cada ano. Isso gera um desgaste muito grande no sindicato, pois algumas empresas não pagam as diferenças (retroativos), e os trabalhadores não querem se expor com seus contracheques, para efeito de prova, por medo de represália.

Com autorização do Supremo, INSS vai ter o dobro do prazo para pagar benefícios

Ao invés de resolver o problema da fila do INSS, governo aumenta prazo de concessão de aposentadorias e outros benefícios de 45 para até 90 dias. Sindicato denuncia desmonte e fechamento de agências do INSS



VALTER COMPARATO / AGENCIA BRASIL

Ao invés de resolver o problema da fila de espera do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), governo faz acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Ministério Público Federal (MPF), que prevê o dobro do tempo legal de concessão de aposentadorias e benefícios assistenciais a idosos e pessoas com deficiência. Dos atuais 45 dias, o prazo legal subiu para até 90 dias. Outros auxílios tiveram uma menor alta de tempo para ser concedido.

A validade do acordo homologado na última sexta-feira (5), que legaliza a fila de espera no INSS, é de dois anos e terá início no próximo mês de junho, mas já vinha funcionando em caráter liminar [provisório]. Por trás desta decisão, que penaliza uma pessoa justamente quando ela mais precisa, está o desmonte do INSS promovido pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) que pretende fechar centenas de agências de atendimento em todo o país. O fechamento já teria começado entre as 400 unidades que

funcionam em imóveis alugados de terceiros, denunciam os trabalhadores do órgão.

Com o desmonte, as aposentadorias, que nos governos de Lula e Dilma Rousseff eram concedidas na hora, passaram a ficar meses em análise. Atualmente, a fila do INSS tem mais de 1,2 milhão de pedidos de benefícios aguardando exclusivamente uma análise do órgão e mais outros cerca de 700 mil esperando o segurado entregar a documentação complementar, com tempo médio de espera no país é de 66 dias, segundo o jornal Agora São Paulo.

“O ministério da Economia soltou no final de 2019 um plano de fechamento de aproximadamente 700 unidades, das 1.600 espalhadas pelo Brasil. Desde o ano passado, o INSS vem sofrendo transformações, com mudanças no modelo de gestão, nas estruturas e aglutinando serviços, sem embasamento legal. Tudo à revelia do regimento e da Lei”, denuncia o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo (SINSSP), Pedro Luis Totty, que representa 4.200 servidores e servidoras.

Totty diz ainda que o novo organograma do INSS centraliza a estrutura do órgão, o que prejudica o atendimento ao público, provocando filas de espera de até um ano desde o momento em que o trabalhador protocola o requerimento do benefício até o primeiro pagamento, ao contrário dos governos do PT, que resolveram o problema herdado

dos governos anteriores descentralizando a estrutura do INSS, modernizando as agências, comprando equipamentos novos, reformando os prédios e liberando concursos públicos, tudo para atender os trabalhadores com respeito e dignidade.

“O que vem provocando este atraso é a falta de funcionários. Muitos se aposentaram e o INSS não repôs o quadro. O governo só contratou militares que não sabem fazer o serviço e que não têm o mesmo compromisso que um funcionário concursado, de carreira. Quando acabar o prazo deles de dois anos de contrato, irão embora sem olhar pra trás. Por não terem de continuar no serviço, não são cobrados”, critica Totty.

O presidente do SINSSP diz que a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) impediu a abertura das agências, mas os trabalhadores do INSS continuam realizando suas atividades profissionais remotamente ou presencialmente, o que não atrapalhou a concessão dos benefícios, exceto a perícia médica, que foi suspensa por que muitos médicos se recusaram a trabalhar in loco. Esses médicos são subordinados diretamente ao ministério da Economia e não têm relação com o sindicato da categoria.

O prazo máximo para a realização de perícia médica e de avaliação social será de 45 dias, chegando a 90 dias em locais de difícil acesso. O acordo homologado pelo Supremo, porém, estabelece que o prazo fica suspenso enquanto a pandemia continuar.

Assédio moral aos trabalhadores do INSS na pandemia

Os demais trabalhadores do INSS, segundo Totty, vem sofrendo assédio moral depois que, devido à pandemia, foi implantado o “plano de gestão de pessoas” em que o trabalhador escolhe entre trabalhar em casa ou semipresencial, indo duas vezes ao local de trabalho.

O problema para quem decidiu trabalhar em

casa são as metas inalcançáveis que a direção exige. Já os que têm comorbidades e estão nos grupos de riscos da Covid-19, e não podem comparecer ao trabalho presencial, estão sendo transferidos para outros setores, de especialidades diferentes das que o servidor atua.

“Cada um tem a sua especialidade, mas eles podem soltar uma portaria e mudar um servidor que entende de concessão de benefícios para a manutenção, simples assim”, critica Pedro Totty.

Confira como ficam os novos prazos de concessão de benefícios

TIPO DE PEDIDO	PRAZO ATUAL	PRAZO A PARTIR DE JUNHO
BENEFÍCIO ASSISTENCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	45 DIAS	90 DIAS
BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO	45 DIAS	90 DIAS
APOSENTADORIAS	45 DIAS	90 DIAS
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	45 DIAS	45 DIAS
SALÁRIO-MATERNIDADE	45 DIAS	30 DIAS
PENSÃO POR MORTE	45 DIAS	60 DIAS
AUXÍLIO-RECLUSÃO	45 DIAS	60 DIAS
AUXÍLIO-DOENÇA	45 DIAS	45 DIAS
AUXÍLIO-ACIDENTE	45 DIAS	60 DIAS

EDSON RIMONATTO

Pagamento de atrasados

O pagamento dos valores retroativos devidos ao segurado que tem o benefício concedido, não mudou. O cálculo considera desde a data de entrada do requerimento no INSS até a concessão e é pago junto ao primeiro pagamento.

É considerado atrasado o benefício que o INSS demora mais de 45 dias para responder. Neste caso, o trabalhador ou pensionista terá direito a correção monetária pelo INPC, que é paga com o primeiro pagamento. Segundo especialistas, ouvidos pelo jornal Agora São Paulo, o acordo homologado pelo STF não cita os atrasados, que deverão ser pagos normalmente desde a data de entrada do requerimento.

*Edição: Marize Muniz

FONTE: CUT- Rosely Rocha

Petroleiros baianos suspendem greve temporariamente, após Petrobrás reabrir negociação

Forte adesão à greve e mobilização nacional da categoria fazem gestão da Petrobrás abrir canal de negociação com o Sindipetro-BA



Durante o grande ato realizado nessa quinta-feira (18), em frente à Refinaria Landulpho Alves, que reuniu trabalhadores e dirigentes sindicais de todo o Brasil e dos atos realizados por todos os Sindipetros do país, a direção da Petrobrás enviou notificação ao Sindipetro Bahia informando o desejo de reabrir uma mesa de negociação com a entidade sindical.

Diante dessa possibilidade, o sindicato decidiu pela suspensão do movimento grevista, de forma temporária, informando a decisão à categoria, pois como explicou o coordenador do Sindipetro Bahia, Jairo Batista, “para realizar uma greve legal é preciso haver um impasse negocial e diante do comunicado da Petrobrás externando sua vontade de exaurir a negociação, o sindicato, aconselhado, inclusive por sua assessoria jurídica, decidiu pela suspensão da greve e retorno à mesa de negociação”.

Caso não haja avanços satisfatórios nas negociações, o Sindipetro vai definir posteriormente uma nova data de início da greve, que já foi aprovada pela categoria.

O Sindipetro informa que o estado de greve está mantido e que a decisão de suspender o movimento paredista é uma tentativa de avançar na pauta de reivindicações da categoria, especialmente no que diz respeito aos trabalhadores próprios e terceirizados da Rlam e seus terminais, que vivem um clima de insegurança e apreensão devido ao anúncio da venda da refinaria ao fundo árabe Mubadala. A entidade sindical, que é rigorosamente contra a venda da Rlam, quer garantir a manutenção dos direitos, empregos, benefícios e salários desses trabalhadores e discutir as contratações e o futuro dos atuais contratos de trabalho, do fim dos assédios aos trabalhadores e da

garantia de um ambiente laboral saudável, caso não consiga evitar a conclusão do processo de venda da Rlam, apesar dos esforços que vêm sendo feitos nesse sentido.

Ato mostrou solidariedade da classe trabalhadora

O ato em defesa da Rlam, que aconteceu na manhã dessa quinta, contou com a presença de trabalhadores petroleiros e de diversas outras categorias de todo o Brasil, além de dirigentes nacionais de importantes entidades como a CUT, representada pelo seu presidente Sérgio Nobre e a CTB, pelo seu presidente, Adilson Araújo.

Participaram também o presidente da IndustriALL – Brasil Aroaldo Oliveira da Silva, a presidente da CUT-Bahia, Maria Madalena Oliveira (Leninha) e representantes de outras centrais sindicais como a CSPConlutas. Toda a diretoria da FUP também estava presente, assim como representantes da FNP, de outros Sindipetros do Brasil e de sindicatos e movimentos sociais da Bahia.

A partir de agora, de acordo com o Sindipetro

Bahia, a ideia é atuar em duas frentes: dar continuidade à negociação e, se não houver avanço, retomar a greve, mas que, dessa vez, pode ser nacional, pois os problemas vividos pelos trabalhadores da Bahia são similares aos dos trabalhadores das unidades da Petrobrás de outros estados.

Além da pauta corporativa, em defesa da manutenção dos empregos, dos direitos dos trabalhadores próprios e terceirizados, do meio ambiente do trabalho, contra o assédio moral, a FUP e os Sindipetros também darão continuidade à campanha em defesa do Sistema Petrobrás e contra a venda das refinarias e terminais da estatal, denunciando os prejuízos que a entrega das refinarias causará ao povo brasileiro como a criação de monopólios privados, além da possibilidade de desabastecimento de derivados de petróleo, principalmente do gás de cozinha em algumas regiões do país, e o aumento ainda maior dos preços da gasolina, diesel e gás de cozinha.

Fonte: Sindipetro-BA]

NOTA DE APOIO

A Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV apoia os protestos, paralisação e negociação dos petroleiros contra a privatização da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), localizada no estado da Bahia.

O movimento organizado pela FUP (Federação Única dos Petroleiros) foi realizado em resposta ao anúncio feito pela Petrobrás da conclusão da venda da refinaria no último dia 8 ao fundo Mudabala Capital, dos Emirados Árabes, por US\$ 1,65 bilhão, metade do valor avaliado.

Contrários à privatização e venda do patrimônio brasileiro, consideramos esta medida um grande passo no processo de desmonte da estatal e ameaça a autonomia energética do nosso país.

Os atos da FUP e seus sindicatos tornaram a alertar a sociedade para o fato de que a privatização das refinarias vai aumentar as demissões em massa, os riscos de acidentes e de impactos para o meio ambiente, a perda de soberania e fazer disparar os preços já elevados dos derivados de petróleo. Só nos dois primeiros meses de 2021, a diretoria da Petrobrás já aumentou em 34,7% o preço da gasolina nas refinarias, com o novo reajuste anunciado nesta quinta-feira.

Diretoria CNTV

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF